

Governo da Bahia

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

Rodadas de discussão de temas estratégicos - contribuições para o PPA 2008-2011

Dia: 19 de abril de 2007

Tema: EDUCAÇÃO E CULTURA NA BAHIA

- a) Aspectos críticos da educação e da cultura e suas especificidades regionais na Bahia
- b) Acesso das famílias pobres aos equipamentos de educação e de cultura na Bahia
- c) Apoio aos serviços de educação e cultura de elementos de infra-estrutura urbana da Bahia
- d) Gestão transversal das ações de apoio à educação e da cultura saúde na Bahia
- e) Universidade como vetor de desenvolvimento econômico

Expositor 1: Salvador Trevizan (Sub Secretário de Educação): Visão estratégica da SECT

Expositor 2: Carlota Gottschall (Diretora de Incentivo Culturais/Secult): Visão estratégica da Secult

Expositor 3: Nelson Pretto (Diretor da Faculdade de Educação da UFBA)- O papel da educação e das políticas de cultura no desenvolvimento da Bahia

Relator: Cláudia Fernandes

O papel da educação e das políticas de cultura no desenvolvimento da Bahia

Nelson De Luca Pretto – Diretor da Faculdade de Educação da UFBA

Intervenção no Seminário *Rodadas de discussão de temas estratégicos - contribuições para o PPA 2008-2011*, do Governo do Estado da Bahia.

RESUMO

Discutir sobre dois campos como educação e cultura de forma articulada é um desafio e, ao mesmo tempo, de extrema importância para a sociedade. A idéia desse artigo é desenhar um cenário mais amplo do desenvolvimento científico e tecnológico, falando da comunicação, das tecnologias e da mídia com base em leituras e análises bibliográficas, relatando alguns problemas e perspectivas plurais para a superação dessa situação educacional no país. Nesse contexto, podemos concluir que

não podemos continuar segmentando as diversas instâncias do conhecimento e da cultura e que a apropriação das tecnologias e políticas articuladas e horizontalizadas se fazem necessárias para a criação de um espaço coletivo de culturas e conhecimentos.

Palavras-chave Políticas articuladas, Educações, Perspectiva plural.

Contemporaneamente discutir sobre dois campos como educação e cultura de forma articulada é um desafio e, ao mesmo tempo, de extrema importância para a sociedade. A idéia dessa fala é desenhar um cenário mais amplo do desenvolvimento científico e tecnológico, analisando brevemente a comunicação, as tecnologias, a mídia para, posteriormente, entrar na discussão fundamental: vamos continuar pensando educação na perspectiva singular ou vamos pensar nas novas possibilidades das educações, numa perspectiva plural?! Como uma fala esse texto agora transcrito e brevemente revisado possui imperfeições que poderão e deverão serem levadas em conta pelo leitor.

Do ponto de vista do mundo tecnológico, uma questão fundamental e que não estamos considerando na feitura das políticas públicas, é que o mundo está em profunda transformação e essas transformações afetam e são conseqüências da mudança da maneira como nós produzimos e consumimos conhecimento. Ou seja, vivemos em um mundo alucinado, fragmentado, com muitas turbulências e, no entanto, continuamos elaborando políticas públicas de forma linear, continuamos fazendo políticas públicas pensando no século XIX para viver no século XXI.

Alguns elementos fundamentais das transformações da ciência e tecnologia têm a ver com as radicais mudanças nas concepções de tempo e espaço. Passamos de um mundo centrado na ordem, iluminista do século XIX, para um mundo que está centrado na desordem, um mundo dos fenômenos caóticos e dos fractais. Ou seja, há uma mudança conceitual da forma como se produz conhecimento e na própria relação do ser humano com o conhecimento.

Essa idéia do inesperado, da irregularidade e da desordem é muito forte na contemporaneidade e precisamos estar atentos a tudo isso. Como nos alerta o físico italiano Marcelo Cini, passamos portanto, "de um mundo onde as leis científicas estavam centradas na ordem - um modelo baseado em leis simples que davam conta de sua explicação - para um sistema mais complexo, onde a desordem, a irregularidade, o inesperado, estão presentes de forma mais intensa". (CINI; 1998, 111).

Vivemos a denominada sociedade do conhecimento, onde um dos elementos marcantes desse momento é a velocidade com que essas tecnologias chegam e desaparecem. Há cerca de 60 anos as pessoas viram nascer a televisão e, quando da nossa morte, certamente não teremos esse modelo de

televisão da mesma forma que nasceu. O rádio levou 38 anos, nos EUA, para atingir 50 milhões de pessoas e a internet quatro anos. Aqui na Bahia, vivemos o rico momento de implantação da rede internet no Estado, numa ação articulada, e bastante difícil para a época, da UFBA com diversos órgãos do Estado, incluindo a antiga Seplantec. Vemos com isso, que uma única geração vê nascer e “morrer” uma tecnologia, especialmente as tecnologias eletrônicas de comunicação e informação.

Outro aspecto que considero muito importante, tanto para a educação como para a cultura, é a questão da mídia. Tanto na Bahia como no Brasil e no mundo, há um movimento oligopolista de concentração da propriedade dos meios de comunicação, e até os números são parecidos: no Brasil são seis grandes famílias que comandam esse segmento econômico e o mesmo acontece com os grupos internacionais. Há um movimento de sinergia, de oligopolização, que promove uma enorme concentração de capital, comandando praticamente toda a produção simbólica mundial. Mas eles não são somente proprietários do meios meios de comunicação no sentido estrito do termo, estão agora ampliando os seus tentáculos para as telecomunicações, bancos, editoras, parque temático, provedores de internet, entre outros. Por isso é importante que educação e cultura se conversem nessa questão. E, obviamente, as discussões sobre o sistema brasileiro de TV digital precisam considerar esses elementos pois, caso contrário, não teremos a possibilidade de trabalhar com uma outra perspectiva mais horizontal, que possibilite a quebra dessa lógica vertical de poucos grupos produzirem e uma imensa maioria consumir, de forma passiva, tudo o que for gerado, agora em alta definição, pois não entramos no mérito da necessidade de uma maior interatividade para o sistema. A partir da implantação de um sistema mais horizontal, podemos criar, potencialmente, uma **rede de conexões** que pode nos dar novas possibilidades. Mas insisto, meras potencialidades, porque se não democratizarmos e descentralizarmos o acesso e as formas de produção, não se resolve nenhum dos desafios que temos pela frente e que não são poucos.

São novas possibilidades que mexem com os tradicionais vetores de desenvolvimento que sempre pensam da capital para o interior, como se o interior fosse constituído de espaços virgens que as redes iriam resgatar e tirar da sua pureza e da sua ingenuidade. O estabelecimento de uma rede horizontal é de fundamental importância para que seja possível se adotar outra perspectiva nessa relação, uma vez que ao conectarmos uma nova região na rede, a região se transforma, mas a rede se transforma também. Como diz a pesquisadora da Universidade Federal de Santa Catarina, Leila Dias, "as redes não vêm arrancar territórios 'virgens' de sua letargia, mas se instalam sobre uma realidade complexa que elas vão certamente transformar, mas onde elas vão igualmente receber a marca". (DIAS; 1995, 148).

Considerar as realidade e com ela interagir de forma pro-ativa sempre foi um dos nossos grandes

desafios. Como exemplo, em Salvador, no período da prefeita Lídice da Mata, que sofria uma pressão insuportável da mídia justamente porque estava - como continuamos a estar! - na mão de poucos e poderosos, quando, com a ajuda da UFBA, implantou a primeira escola conectada à internet, no bairro do Marotinho. A imprensa insistia em mostrar as escolas caindo aos pedaços e considerava um absurdo colocar ali computadores conectados à internet. Insistíamos com a prefeita de que o discurso tinha que ser o de mostrar que as ações precisavam ser, todas ao mesmo tempo. Não era possível uma política pública linear, onde primeiro se pensasse em consertar o banheiro da escola para só depois pensar na internet. Tinha que ser tudo ao mesmo tempo. Desde aquela época usávamos uma frase que virou quase lema do nosso Grupo de Pesquisa em Educação, Comunicação e Tecnologia (GEC) da Faculdade de Educação da UFBA: "não queremos a internet nas escolas, queremos as escolas na internet". Pode parecer a mesma coisa, mas desde aquele tempo tínhamos claro que usar a internet para ver o que estava disponível lá fora era importante, mas tão importante do que isso era a possibilidade de cada escola, de cada comunidade poder se colocar na rede, se inserir no chamado mundo globalizado. Isso, obviamente demanda a construção e a articulação de uma rede horizontal que vai, potencialmente, caminhar na constituição de redes populares de comunicação.

Hoje, a partir de outras políticas do governo federal como as em andamento no Ministério da Cultura, temos novas possibilidades de promover essas articulações. Como o projeto dos Pontos de Cultura, já com pontos implantados em diversos estados brasileiros, incluindo a Bahia. No entanto, o grande problema é que os Pontos de Cultura não falam com as escolas e, aí, reside o que se qualifica como interessante da experiência que estamos construindo e vivenciando no município de Irecê.

Buscamos estabelecer esse diálogo porque não podemos continuar segmentando as diversas instâncias do conhecimento e da cultura. E podemos ampliar tudo isso, agora incorporando as questões do software livre e as licenças criativas (*creative commons*). Nesses pontos, mais do que nunca, as Secretarias de Educação e de Cultura, como também as demais incluindo a de Ciência, Tecnologia e Inovação, têm que estar muito atentas, pois a pressão é, e certamente será, muito grande já que os interesses que estão por trás de cada investida das indústrias do software proprietário são e sempre serão muito intensas. No último Fórum Internacional do Software Livre (8º FISL) realizado em Porto Alegre em abril desse ano, foram várias as denúncias sobre a ação das empresas de telecomunicações no sentido de identificar os datagramas que passam pelas redes. Segundo pesquisadores como Carlos Afonso e Gustavo Gindre, as nossas conversas telefônicas estão passando por software inteligentíssimos que identificam conteúdo e quem usa o skype por exemplo, sabe disso já que é comum quando você faz uma chamada do computador para um

telefone fixo, a ligação ficar muito ruim e muitas vezes ser derrubada, isso porque esses softwares percebem que está sendo usado a telefonia por IP e atrapalham o sinal com o intuito de desestimular o uso. Ainda nesse evento, segundo os integrantes da mesa "Neutralidade da internet: Todos os datagramas são iguais perante a Rede!" esses softwares, denominados de "packet sniffers" (espécie de farejadores de datagramas) já estão sendo implantados pela Telemar e Brasil Telecom e, quem usa algum software de baixar música na internet já percebe, pois quando começa o download a velocidade diminui. Assim, abre-se a possibilidade de facilitar a navegação dentro das mesmas redes e com serviços privatizados, no interior de uma grande rede, que passa a articular a venda de todos os serviços não permitindo o usuário buscar onde deseja a informação.

Essa não é, portanto, uma questão simples e exige uma ação mais articulada em todos os setores e esferas governamentais. Na Bahia, já se vem buscando contribuir com uma ação mais integrada nesse campo e um exemplo disso é o esforço que o IRDEB está fazendo. Nesse sentido, é importante compreender que uma coisa importante para o IRDEB é a TV educativa chegar em todos os lugares da Bahia, sem dúvida, mas isso não basta. No momento que TVE Bahia chegar em todos os lugares ela irá reproduzir aquilo que planetariamente se faz: da Europa para o Brasil, do centro sul para o restante do país e, no caso, da capital para o interior. O desafio é ter uma programação que seja efetivamente a cara da Bahia e para ser a cara da Bahia tem que ter o semi-árido, tem que ter a costa do descobrimento, o sul, o noroeste, todos aparecendo na telinha com igual dignidade e não apenas como o pitoresco. Ou seja, temos que criar os mecanismos para que a programação reflita a Bahia e não apenas o Recôncavo e muito menos apenas Salvador. Uma das ideias que estamos trabalhando com a Direção do IRDEB é montar uma articulação entre os Pontos de Cultura, de tal forma que eles possam ser produtores e fornecedores de material para a televisão e para a rádio. Começamos aqui a trazer o plural de forma mais intensa, ao invés de começar a falar em globalização a gente começa a falar em globalizações, com uma perspectiva plural plena.

Por que isso? Porque a perspectiva plural tem a ver com as linguagens, não é mais a linguagem, não é mais a alfabetização das letras e dos números, ele é muito mais e está fortemente vinculada com os aparatos tecnológicos disponíveis. O grande exemplo de tudo isso é a própria meninada que escreve mensagem no celular com uma mão só, coisa que nós não conseguimos fazer nem com as duas mãos. Gastamos um tempo enorme para escrever uma mensagem simples enquanto eles escrevem longos e-mails, longas mensagens com uma mão só. Esses meninos nascem teclando! Então vamos ter que pensar no que é alfabetização. Alfabetização é começar de novo a insistir em caligrafia? Talvez não, existem estudos apontando que uma das grandes dificuldades do processo de alfabetização é exatamente a letra, e isso afasta muito as pessoas, principalmente as mais velhas. Já o teclar não é tão difícil. Então, fica a pergunta: não poderíamos ter um programa de alfabetização

que partisse primeiro para possibilitar a comunicação através do teclado e depois resgatar a história da caligrafia? Nós mesmos, acostumados a pensar e escrever diretamente com o computador, já temos dificuldades de fazer um texto ou prova de concurso, por exemplo, escrito à mão. E quando desconectamos o computador da internet a coisa fica pior ainda! Há uma mudança nessas linguagens e essas mudanças não tem a ver só com o teclar, tem a ver com todo um outro universo que inclui os RPG, a música eletrônica, o Hip-Hop, as conversar em mensageiros instantâneos, comunidades em sites de relacionamento... Quero dizer com isso que essa articulação da meninada está possibilitando que ela seja muito mais do que mera consumidora de informações: eles estão produzindo intensamente culturas e conhecimentos.

Um outro exemplo que está mexendo radicalmente não só com o universo da meninada, mas, também, com o mundo adulto da mídia são os sites de publicação de vídeo, sendo que o *Youtube* foi - e ainda é - fascinante. O que está acontecendo é que se está produzindo muito através dos sites colaborativos de produção, onde todo mundo passa a ser jornalista e, por conta disso os blogues viraram um fenômeno. Essa proliferação faz com que o universo multimídia faça parte do nosso cotidiano de aprendizado e de trabalho. Nesse sentido, é extremamente preocupante uma portaria da Secretaria de Educação limitando o uso das tecnologias de informação, provavelmente orientado por um técnico de informática que não tem a preocupação com essas questões mais amplas. Essa portaria, para uma secretaria como a da educação, que inclui as escolas em sua rede, é preocupante exatamente porque traz, além da ilegalidade de exigir um programa proprietário como padrão para as navegações, a limitação de uso da rede para qualquer arquivo multimídia. Isso é muito complicado porque esse universo de comunicação faz parte do nosso cotidiano e tem que ser apropriado pela escola, apropriado pela cultura e pela administração pública.

Chegamos, claro, com isso, a um verdadeiro impasse pois essa meninada é uma outra meninada, que possui um *jeito alt + tab* de ser e os professores não estão sendo preparados para lidar com esse universo. O professor chega na escola, no laboratório de informática, e encontra todo mundo está na mesma página? Que nada, estão todos na mesma página da rede somente quando o professor passa, porque ali por detrás estão abertas outras quatro, cinco ou 10 páginas ao mesmo tempo, fazendo diversas coisas diferentes. Essa meninada que nasce "geneticamente" modificada por essa cultura é a meninada que está na nossa escola. Esse é o nosso desafio, uma escola que não compreendeu isso. E não estamos falando de filhos de ricos, essa é a realidade da maior parte da população, mas particularmente urbana, mas não só.

Chegamos no verdadeiro impasse da educação, porque esse universo, construído desse jeito, encontra uma escola absolutamente trancada, fechada, o mundo lá fora é uma coisa e a escola outra;

e isso não se aplica somente na escola pública, mas na particular também. E quais são esses problemas? Primeiro, a sociedade quando cresce com a concentração dos meios de comunicação e a escola também, o currículo cresce. As secretarias de Educação têm um desejo fenomenal de padrão. O governo passado tinha a petulância de denominar um programa de governo para educação de "Educar para vencer". Não há coisa mais absurda e contraditória do que o lema para a educação do governo passado. Porque a lógica do vencer é lógica do passar para trás, é a lógica do chegar primeiro, essa lógica de que tudo tem que ser padronizado. A história da rede não se constitui, porque a rede só é rede se há horizontalidade. O currículo é grade, continua sendo grade curricular e esta concepção de currículo enquanto grade precisa ser mudada e não adianta passar a chamar com outro nome, por exemplo de matriz curricular, se, de fato, o que continuamos a ter é uma grade, numa lógica vertical, linear, centrada na ordem, contraditório com tudo que se faz hoje para a produção do conhecimento.

Trabalhamos, em oposição a isso com a idéia de labirinto, um espaço com magníficas possibilidades de caminhos, um espaço onde a possibilidade de se perder é muito rica, com uma enorme diversidade de caminhos e de possibilidades onde o chegar a um lugar é importante, claro, mas isso não pode ser feito com a perda da riqueza do caminhar, do se perder, do experimentar.

Em oposição a isso temos uma escola objetiva, cheia de procedimentos e fechada em si mesmo e os resultados continuam sendo absolutamente insatisfatórios e os dados mostram isso muito claramente. Recentemente o Instituto Montenegro do IBOPE, em parceria com a ONG Ação Educativa, fez uma classificação da capacidade de leitura das pessoas criando quatro categorias: analfabeto, alfabetizado com nível rudimentar, básico e pleno. No caso da Bahia, os dados apresentados anteriormente pelo sub Secretário de Educação, Prof. Salvador corroboram o que a pesquisa indicou: no ensino médio a alfabetização plena é de apenas 53% dos alunos. Isso para a sociedade é um desespero, devido ao alto índice, e espantoso porque, na lógica, o aluno que chegou no ensino médio tinha que ter 100% de alfabetização plena. Por isso a discussão da inclusão é fundamental: vamos incluir em que? Essa é uma palavra que virou moda, todo mundo usa com muita tranquilidade mas ela demanda um reflexão maior sobre o significado de inclusão.

Então, efetivamente, estamos com um "buraco" nas políticas educacionais e de novo vem a tona a idéia de rede: ou nós centramos o foco no ensino básico para dar uma outra perspectiva, afastando da dicotomia propedêutica e profissionalizando, dando a ele, efetivamente, uma capacidade de formação mais plena, ou nós vamos falar em universidade nova, super nova e mesmo assim não vai significar nada, porque o problema não está ali. O problema está que o ensino médio não prepara, ao entrar para a universidade, o mercado de trabalho pressiona a escolha precoce da profissão e a

formação profissional é deficitária, porque não possibilita uma leitura horizontal da formação, com uma articulação maior entre os diversos campos do conhecimento.

A rede de universidades públicas da Bahia e do Brasil tinha que ter responsabilidade e ser cobrada - ela só poderá ser cobrada se lhe forem dadas as condições! - para enfrentar esse enorme problema. E, no entanto, o que nós estamos vendo? A universidade está vivendo imersa numa perspectiva mercadológica. Também ela virou mercadoria. A diversidade proposta por Carlota em sua fala anteriormente, é considerada, mas ela é considerada apenas na perspectiva de entrada. O processo trabalha toda na linha de poder receber o diferente na entrada, mas ao longo do caminho ir formatando - palavra usada propositalmente! - o igual. Através de testes padronizados na saída de norte a sul; currículos distribuídos de leste a oeste (o governo passado não teve coragem de dizer que estava preparando um guia curricular mas foi efetivamente isso que fez com os tais "parâmetros curriculares nacionais"; o governo Lula os incorporou como sendo normal, não fez a crítica, não os aperfeiçoou, apenas partiu do pressuposto de que ele existia e deveria ser seguido e, quando alguma dúvida aparecia, lança-se mão de um chavão: "está de acordo com os parâmetros curriculares nacionais". Em outras palavras, o que, no fundo, temos é um sistema centrada numa lógica de transformação do outro no eu.

Felizmente, são inúmeras as possibilidades de transformação dessa realidade. Uma delas, se focarmos a temática das tecnologias de informação e comunicação, é fazermos uma apropriação dessas tecnologias enquanto elementos de cultura e não continuarmos a pensar que estes aparatos tecnológicos são meros equipamentos e técnicas que serão distribuídas para as escolas e os centros de culturas. Eles são elementos de culturas e isso exige educação em uma outra perspectiva que demandam novos vetores de desenvolvimento. Ou seja, temos que afastar a idéia de que educação, cultura, ciência e tecnologia fazem parte do universo da produção industrial. Temos que trabalhar numa perspectiva maior de articulação entre todas essas áreas, e, sem dúvida, uma perspectiva mais libertária é a adoção do software livre e das possibilidades trazidas pelas tecnologias livres. Temos que diminuir a presença dessas empresas que possuem tecnologias escondidas que controlam tudo, para movimentos mais articulados que tenham na perspectiva da colaboração a sua ênfase mais forte. Claro que estou falando também do movimento do *creative commons*, um movimento que busca fazer circular as informações, de se poder remixar tudo respeitando o crédito dos criadores. Temos que trabalhar muito forte em inclusão digital não na perspectiva de treinar para o mercado de trabalho, ensinando um processador de texto ou planilha eletrônica proprietária. Isso não resolve nada! Temos que ter uma outra perspectiva de inclusão e uma outra perspectiva que supere uma dicotomia dramática que fazemos: para o filho do rico, todas as condições, em um quarto conectado, com computadores, banda larga, suporte por 0800, e liberdade para fazer o que desejar e,

para o filho do pobre, acesso ao telecentro, para ter aulas de planilhas, processadores de texto ou coisas do tipo, geralmente de forma muito entediante. Gastamos muito dinheiro com isso e nada muda, não se está resolvendo nada. A "pedagogização" exagerada desses processos termina fazendo com que as distâncias entre aqueles que tem acesso e os que não tem, aumentem cada vez mais. E tudo isso, coincidindo com a mesma distribuição que conhecemos de renda no país.

Como já falamos, ao nos referirmos a alfabetização não podemos pensar em alfabetização digital ou em alfabetização dos números, apenas. Temos que falar em alfabetizações, a perspectiva plural volta de novo. Há um nível maior de articulação e claro fortalece-se as escolas com isso, mas a fortalece sobre uma outra perspectiva curricular. O que propugnamos é que professores e alunos deixem de ser mero atores do processo e passem a ser considerados - cada um individualmente e enquanto grupos - autores do processo. Para tal, o que estamos pensando em nosso grupo de pesquisa da Faculdade de Educação da UFBA é que precisamos superar a idéia de montagem de portais de serviços que distribuem informação para os consumidores da escola. Pensamos que se torna necessário constituir comunidades virtuais de aprendizado, articulando toda a rede. Essa é uma das grandes questões que temos pela frente e isso demanda, certamente, pensarmos a educação no plural, pensarmos um Estado enquanto riqueza de diversidade e a possibilidade dos diversos diálogos acontecendo. Isso significa uma horizontalidade dos processos e principalmente a pluralidade de culturas. Estamos construindo isso, trazendo a forte influência do nosso querido professor Felipe Serpa, que propugna pensarmos em "pedagogias da diferença" em oposição às tradicionais "pedagogia da assimilação". Pedagogias que tenha o diferente como fundante. E a referência não é a identidade que será buscada, o fundante é o enaltecimento da diferença. É a diferença como produtora de alteridades e aí a palavra não é mais linear, currículo fechado e distribuído; as palavras agora são fluxo, rede e movimento, é uma outra perspectiva. Esse deve ser o elemento mais fundamental dessas políticas. E, claro, que isso significa fortalecer o sistema enquanto rede e as redes colaborativas dão esses exemplos. Algumas idéias estão surgindo e, por exemplo, temos defendido em reuniões com diversos Secretários e com a FAPESB e a FPC, sobre a necessidade de buscar construir um projeto estratégico com o financiamento em torno do software livre para a criação de um efetivo sistema de bibliotecas públicas para que o usuário de qualquer parte do Estado possa se sentir acolhido na sua pesquisa e leitura dos acervos das nossas instituições. É pôr a informação circulando e disponível para todos e em todos os lugares e tempos.

Outra questão que temos discutido diz respeito a estrutura física das escolas. Ela precisa ser atacada pelo sistema como um todo. Claro que isso demanda pensar em articulação em outras áreas. Pode entrar aí um outra questão que é a relação da educação com a arquitetura. A idéia de construir escolas reproduzindo plantas arquitetônicas não cabe mais, se é que algum dia teve sentido. A

perspectiva de construir Bahia a fora "escolas modelo" também não se sustenta mais. Precisamos superar a lógica de um modelo padronizado, com vistas apenas a economizar recursos e com isso perder toda a possibilidade formativa que um prédio escolar possui em cada região. Temos que pensar do ponto de vista arquitetônico se essa escola dá conta para esse século XXI, ou seja, quero dizer que arquitetura é cultura.

Precisamos investir fortemente na formação de professores, as condições de trabalho e salário e, principalmente, a possibilidade de mobilidade de professores. Os nossos professores não viajam, não se poderia criar um mecanismo que incentivasse a mobilidade dos professores, por exemplo em programas que articulassem as Secretarias de Educação, Cultura e Turismo de tal forma a viabilizar que o professor do litoral pudesse tirar férias no semi-árido, os do semi-árido iriam para o extremo sul e estes para o Norte da Bahia, por exemplo? É muito boa a iniciativa de abrir os teatros para que os professores possam ir, porque para o professor ser também um formador de platéias ele tem que ter acesso a tudo isso. O professor tem que ser valorizado enquanto elemento que possa articular essas diversas instâncias na produção do conhecimento e as diferenças trazidas pelos seus alunos.

Em última instância o labirinto tem que ser pleno, o labirinto tem que possibilitar a riqueza desse caminhar, o interagir com a alta cultura, com as ciências. A educação é um espaço de rebeldia. Quem acomoda é o mercado. A professora Iracy Picanço, da Faculdade de Educação da UFBA, perguntou ao Secretário da Educação da Bahia, Adeum Sauer, quando da sua visita à FACED, se estava nos planos dele derrubar todos os muros de todas as escolas do Estado da Bahia. Claro que você não pode fazer isso de um dia para o outro, mas isso tem que estar no horizonte; não podemos continuar com perspectiva que as escolas mais parecem prisão. A escola tem que ser um verdadeiro espaço coletivo de culturas e conhecimentos, a escola tem que dar aos filhos dos pobres aquilo que os filhos dos ricos tem em casa. E não resta dúvida de que isso é possível, desde que a gente tenha uma política mais horizontalizada; assim podemos ter a esperança de que talvez, em 30 anos, a gente tenha uma outra educação. Porque este é um dos desafios fenomenais que a gente tem, porque isso não dá resultado imediato. Educação tem um grande problema, que é não ter resultado imediato. Resultado imediato nós temos quando construímos salas padronizadas e isso eu acho que já vivemos e não queremos mais.

Referências

Cini, Marcelo. *Un Paradiso Perduto: dall'universo delle leggi naturali al mondo dei processi evolutivi*. Milão, Feltrinelli, 1998.

DIAS, Leila Christina. *Redes: emergência e organização*. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro:

Bertrand Brasil, 1995. p. 141-162

Gindre, G. Agenda de regulação: uma proposta para o debate. Comunicação digital e a construção do commons: redes virais, espectro aberto e as novas possibilidades de regulação. S. A. d. Silveira. São Paulo, Fundação Perseu Abramo: 129-174, 2007.